

Evolução da permanência e educação da juventude rural no Brasil e na Colômbia: uma análise histórico-comparada

Evolution of the permanence and education of rural youth in Brazil and Colombia: a historical-comparative analysis.

Evolución de la permanencia y educación de la juventud rural en Brasil y Colombia: un análisis histórico-comparativo.

Jorge Luis Triana Riveros¹
Marlon Vinicius Brisola²
Suzana Maria Valle Lima³

Recibido: 29 de enero de 2020

Aprobado: 30 de agosto de 2020

Publicado: 30 de septiembre de 2020

Cómo citar este artículo:

Triana Riveros, J.L., Brisola, M.V. y Valle Lima, S.M. (2020). Evolução da permanência e educação da juventude rural no Brasil e na Colômbia: uma análise histórico-comparada. *Cooperativismo & Desarrollo*, 28(118), 1-19.
doi: <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2020.03.02>

Artículo de investigación. <https://doi.org/10.16925/2382-4220.2020.03.02>

¹ Investigador-CAPES y profesor voluntario en la Facultad de Economía, Administración, Contabilidad y Gestión de Políticas Públicas - Universidad de Brasilia.

Correo electrónico: jorge.triana@unillanos.edu.co

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2310-1256>

² Postdoutorado em História Econômica aplicada a Agronegócios da América Latina – FCE/UBA, Argentina. Investigador e Professor do Programa de Pos-graduação em Agronegócios da Universidade de Brasilia, Brasil (PROPAGA/UnB)

Correo electrónico: mbrisola@unb.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2958-5340>

³ Doutora em Sociologia da Universidade de Wisconsin - Madison, WISC, Estados Unidos. Investigadora e Professora do Programa de Pos-graduação em Agronegócios da Universidade de Brasilia, Brasil (PROPAGA/UnB)

Correo electrónico: suzanavallelima@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-2262-5971>



Resumo

Neste artigo se realiza uma análise histórico-comparada entre a Colômbia e o Brasil sobre a evolução das condições da educação rural e da permanência de jovens no território rural, entre os anos de 2006 e 2019. O estudo baseou-se em fontes secundárias e bases de dados da CEPAL, IBGE e OCDE para promover análises gráficas. O texto culmina identificando as causas da evasão escolar de jovens rurais nos dois países e a influências da realidade política, social e econômica brasileira e da violência rural na Colômbia sobre esta migração. Por fim, apresenta-se uma análise do contexto educacional vigente nos dois países.

Palavras-chave: Brasil, Colômbia, educação, juventude rural, migração.

Descriptor Econlit:

- P25** Economía urbana, rural e regional
- I25** Educação e desenvolvimento econômico
- R23** Migração regional

Abstract

In this article, a historical-comparative analysis is carried out in Colombia and Brazil on the evolution of the conditions of rural education and the permanence of the rural youth, between the years 2006 and 2019. Therefore, the study was based on secondary sources and bases CEPAL, IBGE and OECD data to promote graphical analysis. The text culminates identifying the evasion of rural youth in both countries and the influences of Brazilian political, social and economic reality and rural violence in Colombia on this migration as well as on the current educational context.

Keywords: Rural youth, Education, Migration, Colombia, Brazil

Resumen

En este artículo se realiza un análisis histórico-comparativo entre Colombia y Brasil sobre la evolución de las condiciones de la educación rural y la permanencia de la juventud rural, entre los años 2006 y 2019. El estudio se basó en fuentes y bases secundarias, datos de la CEPAL, IBGE y OCDE para promover el análisis gráfico. El texto culmina identificando las causas de la evasión escolar de la juventud rural en ambos países, así como la influencia de la realidad política, social y económica en Brasil y de la violencia rural en Colombia sobre esta migración. Finalmente se presenta el contexto educativo actual en los dos países.

Palabras clave: Brasil, Colombia, educación, juventud rural, migración.

1. Introdução

A agricultura tem importância global por representar o motor que movimenta todos os demais processos produtivos. Ao longo do tempo, foi necessário que a agricultura sofresse mudanças adaptativas que determinaram a manutenção da economia e a competitividade dos países. Na evolução agrícola ocorreram alterações que afetaram o seu padrão tecnológico. Albergoni & Pelaez (2007) argumentam que no fim da segunda guerra mundial tal padrão tecnológico permanecia materializado nos Estados Unidos da América e, a partir daí, deu-se início a sua disseminação aos demais países como integrantes dos negócios das empresas não agrícolas. Concebeu-se, portanto, a abertura de importantes canais para o desenvolvimento de novos insumos e produtos.

Viera Filho & Silveira (2012) afirmam que a evolução da agricultura é algo imprescindível ao desenvolvimento da economia e que tal eficácia depende da assimilação de conhecimento por parte dos agricultores.

Na América Latina, em especial, nota-se, nas últimas décadas, importante avanço nas práticas e tecnologias agrícolas, colocando, em especial, o Brasil como modelo a ser apreciado. Viera Filho & Fornazier (2016) corroboram essa informação, admitindo que se desenvolveram amplas mudanças que determinaram a modernização do campo, a partir da inclusão de tecnologias de produção. Por estas razões, o Brasil passou a ser um importante produtor mundial de alimentos e biocombustíveis, conservando ainda uma heterogeneidade produtiva, tal qual ocorre na Colômbia.

Camarano & Abramovay (1999), tal como Jurado & Tobasura (2012), concordam sobre essa heterogeneidade e defendem que a adoção de tecnologias pode ser mais fácil e mais rápida com pessoas mais jovens, embora a juventude está cada vez menos presente nos estratos da população rural, migrando para as cidades à procura de oportunidades de renda, educação e passatempos culturais.

De igual forma, Wanderley (2001) afirma que a ruralidade está conectada com diferentes aspectos culturais, patrimoniais, econômicos e sociais, e que se deve transformá-los em forças sociais para o desenvolvimento rural. Nesse processo a educação se apresenta como uma ferramenta muito importante.

Apoiando o mencionado, Castells (1998) há mais de duas décadas, já expunha que a penúria e a exclusão social nas áreas rurais da América Latina são decorrentes da pouca atratividade que representam os processos do campo para os jovens. A esse panorama soma-se a inoperância das instituições para promover políticas públicas que minimizem tal efeito. À vista disso, vê-se que dia a dia as propriedades rurais estão perdendo seus herdeiros e, por conseguinte, sofrendo de problemas sociais, econômicos e produtivos.

Numa análise parcial das causas do despovoamento de jovens do setor rural no Brasil e na Colômbia, evidenciou-se que a ruralidade do Brasil é compreendida de certa pluriatividade que vem se ampliando desde as duas últimas décadas, sendo objeto de estudos que envolvem a permanência e a migração das populações rurais (Silva & Macedo, 2017).

Já no caso da Colômbia, devido a diferentes categorias de representantes da população rural (que se mesclam com populações e atividades urbanas), nas quais os verdadeiros agricultores representam cerca de 30,4% do total, há imprecisões sobre a ruralidade, tornando invisível esta população, seu perfil, sua cotidianidade e suas condições de vida (Rodríguez & Benavides, 2016). Devido a isso, ficam ocultas certas informações sobre essas populações e como usufruem dos benefícios da educação. Por essas razões, é possível entender como na Colômbia e no Brasil o problema das migrações rurais e da educação rural encontram-se como uma variável importante que requer atenção.

Este estudo buscou desenvolver uma análise sobre a juventude rural, conhecendo as circunstâncias da educação rural e da migração da juventude rural na Colômbia e no Brasil. Para tanto, desenvolveu-se uma coleta de dados secundários, seguida de análise comparada das informações no período 2006-2019. Antes, porém, levantaram-se aspectos teóricos e bibliográficos sobre a temática. Por fim, procedeu-se à conclusão, buscando mostrar a realidade da educação dos jovens nas áreas de agricultura colombiana e brasileira, bem como as limitações e recomendações futuras.

2. Produção agrícola e agronegócio

A realidade rural atual diverge muito daquela compreendida em tempos passados. Até meados do século XX se via uma dicotomia entre o urbano e o rural. Enquanto o urbano conservava práticas industriais e comerciais, bem como serviços que atendiam aos interesses restritos às cidades e às pessoas que nelas habitavam, o contexto rural se voltava apenas a conservar a produção agrícola, vivenciada e comprometida a uma população que, em muitos casos, se preservava em uma (quase) independência social.

Segundo Mazoyer & Roudart (2010), a modernização da agricultura teve início com a motorização das atividades produtivas, que passaram a explorar o excedente com o fim de ampliar a renda. Num segundo momento, a aproximação da atividade agrícola ao setor agroindustrial evidenciou a dependência financeira e tecnológica ao contexto urbano.

Na interpretação de Almeida (1997), citado em Santos, Del Grossi & Brisola, (2016), o conteúdo ideológico da modernização da agricultura passa por quatro noções: a noção de crescimento, também compreendida como fim da estagnação e do atraso; a noção de abertura técnica, cultural e econômica que resultou o aumento da submissão aos fornecedores de tecnologia e às indústrias processadoras, com perda da autonomia técnica do produtor; a noção de especialização, com o fim das atividades polivalentes e dependência à jusante e à montante da cadeia produtiva agrícola e a inter-relação com a sociedade e o mercado global e, por fim, o aparecimento de agricultores individualistas, competitivos e questionadores da mentalidade tradicional.

É nesse contexto transformador que surge a definição de *agribusiness*, ou agronegócio, interpretado por Davis & Goldbeg (1957) como evidência da interação entre o setor rural e as diversas operações anteriores e posteriores às unidades de produção agrícola.

A partir dos estudos de Davis & Goldberg (1957), Cook & Chaddad (2000) e King, Cook & Sonka (2010), identificou-se a necessidade de complementaridade conceitual e analítica no campo de estudo do chamado agronegócio.

Além da base conceitual, pretendeu-se contribuir para o melhor entendimento acerca das relações existentes entre *on-farm* e *off-farm* e indicar uma abordagem para melhorar as políticas referentes à pré e pós-fazenda. King, Boehlje, Cook & Sonka (2010) observaram o crescimento e o redirecionamento dos estudos em torno do agronegócio, buscando entender como se dá a resolução de problemas advindos da incompletude conceitual, já que se tratava de uma perspectiva interdisciplinar. Ainda nessa perspectiva, Cook & Chaddad (2000) levantaram aspectos do desenvolvimento econômico e da pesquisa do agronegócio. Os autores apresentaram oito observações que têm como intuito servir de base para discussões que facilitem o entendimento da agroindustrialização. Nesse sentido, três observações destacam-se: a observação acerca da substituição do mercado *spot*, os aspectos relacionados à terminologia e a falta de conformidade.

Cook & Chaddad (2000) apontam que os dois campos discutem a agro-industrialização sobre vieses diferentes, um sobre a ótica da pobreza e o outro sobre a da competição. Tais vieses surgem como reveses ideológicos derivados do processo de mudança evidenciada no setor, onde se mantiveram (ou resultaram) diferentes estratos produtivos rurais. King, Cook & Sonka (2010) enfatizam ainda que a flexibilidade e a complexidade das organizações que integram os setores rural e agroindustrial fazem com que as instituições sejam cada vez mais necessárias no presente contexto.

3. Juventude rural: migração e educação no campo

Para Durston (1998) a juventude é definida como o período da vida que inicia com a puberdade e finaliza com a total ascensão de cargos e comando de adultos. Trata-se de um período conflituoso, pois se apresenta diante de sucessivas alterações nos enigmas sociais, conhecimentos, esperanças, costumes e obrigações inerentes ao período, além da heterogeneidade cultural e política às quais são submetidas as pessoas. Essa interpretação de Acevedo & Alberto (2014), perfaz a realidade do jovem inserido em qualquer contexto e parece ser mais complexa para aquele que está em situações de transformação, como no ambiente rural. Kessler (2005) conceitua o jovem rural como aquele “cuja vida se desenvolve em torno do mundo rural, habitando áreas rurais ou cidades adjacentes, envolvendo ou não atividades rurais” (p. 7).

O fato é que uma sociedade rural, que encerra dificuldades e demandas desassociadas com a oferta do contexto urbano, causa desconforto ao um grupo social mais apto a adotar o contraditório e o reivindicatório, como se observa no jovem rural. O êxodo desses jovens passa, por conseguinte, a ser um ato premente e real.

As migrações, segundo Ramirez *et al* (2014), correspondem a métodos sociais dotados de atitudes e com potencialidade de decisão, o que resulta em prováveis agentes de mudança histórica. Lucas (1997) estabelece padrões que caracterizam as migrações como processos comuns e predominantemente rurais. Como resultado se tem um crescimento urbano com efeitos sobre a demografia e sobre a dimensão, amplitude, desenho no espaço e conciliação das regiões (Ramirez, 2014).

Segundo Lima, Vieira, Castro & Sarmiento (2013), a migração do jovem rural representa uma realidade que vem se expandindo nos últimos anos. Este tema tanto tem aguçado o interesse dos pesquisadores quanto se tornado importante pauta na agenda política dos países. Para os autores, as migrações constituem um efeito da constante influência mútua entre motivações e atuações singulares e a força do arcabouço econômico e social ao qual o sujeito é submetido.

Dirven (2002) avalia que os agricultores têm mínimo acesso à educação nos países latino-americanos, o que reflete no desenvolvimento do próprio campo. Ele argumenta que a educação promove a adaptação de informação particular e colabora na adoção de mudanças tecnológicas imprescindíveis ao aprimoramento da produção, além de garantir notáveis progressos na juventude rural em relação às gerações mais antigas.

Lima *et al.* (2013) distinguem que a acessibilidade da educação e a concepção profissional são elementos importantes para obtenção de conhecimento prático

e para a superação dos problemas do meio e do trabalho rural. Quanto melhor o aprendizado, mais possui o jovem condições de eleição de tecnologias agropecuárias apropriadas que podem se acomodar ao seu ambiente.

É importante afirmar que a influência e comunicação entre os jovens pode desviar a tomada de decisão de um agente ao adotar uma inovação, agrupando as variáveis de difusão segundo Wejnert (2002) nos seguintes componentes:

1. Inovação no contexto organizacional: concentra-se na competitividade e eficiência de uma empresa a fim de manter alto desempenho e competir em seu ambiente. A inovação está vinculada a eventos ambientais como mecanismos de resposta.
2. Inovação no contexto institucional: concentra-se em quatro subgrupos de variáveis intrínsecas ao contexto ambiental, sendo a geografia, a cultura, o social e as condições políticas.

Neste mesmo sentido, Dirven (2002) distingue que as novas gerações promoveram a ampliação de técnicas e inovações de gestão agrícola que sugerem a concepção de desenhos de educação não formal. Esses novos desenhos, adaptados com a escolaridade, podem se tornar adequados para o desenvolvimento agrícola. É por isso que a educação formal precisa ser estimulada para ampliar os conhecimentos dos moradores do campo. Na atualidade se faz indispensável uma pluralidade de estudos para gerenciar os agronegócios de contorno eficiente.

Também é importante a cooperação agrícola, tal como argumentado por Valentinov (2007) que considera que os produtores familiares podem se adaptar às inovações e, ao criar cooperativas, trazer benefícios ao contexto. Esses benefícios podem se ver na economia de custos de transação, no auxílio na criação de poder compensatório e na recorrência a uma gama diversificada de estratégias organizacionais.

A respeito da educação rural e migração de jovens, Spanevello, Drees & Lago (2011a) concluíram que a cooperação pode ser um método para mitigar a migração rural da juventude, movimentada pela influência institucional que gera a ampliação da renda no meio rural. Spanevello, Azevedo, Vargas & Matte (2011b) afirmam ainda que a migração pode ocorrer por diferentes variáveis como a busca de lazer, autonomia ou bem-estar financeiro. Casagrande *et al* (2016) indicam que a causa da migração rural está na ausência de apoio governamental, na educação desqualificada, na carência de renda e na falta de oferta de condições que atendam ao jovem.

Nesse mesmo sentido, Costa & Ralisch (2013) identificam que a maior parte dos jovens interessados em migrar percebem barreiras na aquisição de renda em sua

propriedade, ou seja, estão em busca de maior bem-estar financeiro. Além disso, esses jovens são seduzidos pela heterogeneidade de opções oferecidas pelo ambiente urbano, tanto na educação quanto no lazer. De igual forma, Panno & Essimon (2014), tal como Foguesatto, Artuzo, Lago & Machado (2016), apontam que o empenho dos jovens em migrar para as áreas urbanas é influenciado pela busca de autonomia, independência financeira e educação. Troian, Dalcin & Oliveira (2014) ampliam o escopo de causas que geram a migração relacionadas à família, à religião, à falta de políticas públicas, às questões de gênero etc.

Pasqualotto, Godoy & Verona (2013) alertam que é preciso estabelecer mudanças na organização social e econômica das propriedades rurais, bem como é necessário criar novas políticas públicas que envolvam o jovem, buscando que se mantenha no campo e no processo de sucessão familiar.

Especificamente para a Colômbia, Blanco Botero & Castro Molina (2011) afirmam que a principal variável que levou à migração do campo para as cidades foi a violência (presença de grupos armados nas áreas rurais), seguida pela falta de meios para a educação. Igualmente, Jurado & Tobasura (2012) e Romero Medina (2013) apontam que fugir da violência, a globalização e as tecnologias de informação e comunicação são razões de migração dos jovens para as cidades. Já Sastoque (2016) considera que as principais variáveis que levam à saída do jovem rural para as cidades são a pouca interação familiar, a falta de estudos de graduação e as baixas oportunidades laborais.

Especificamente em relação à educação no campo na Colômbia, a manutenção e ampliação do ensino em período de violência se deveu, em grande medida, ao trabalho de Vicky Colbert, socióloga colombiana que implantou o programa Escola Nova em 1975, o qual acrescentou bases de ação pedagógica e estrutura administrativa no currículo da educação rural (Colbert, 1999).

Em vários momentos, houve incremento do programa em novas áreas e unidades escolares da Colômbia. O modelo adotado pelo Escola Nova serviu de referência para as matrizes educacionais em diversos países, inclusive no Brasil (Torres, 1992; Colbert, 2018).

Medeiros & Targino (2009), tal como Brumer & Dos Anjos (2012), afirmam que a educação apresenta a capacidade de ser um impulsionador do aumento das migrações, já que oferece melhor qualificação ao jovem (e promessa de melhor remuneração) nos grandes centros urbanos. Adiciona-se a isso o fato de que a educação amplia oportunidades profissionais aos jovens nas cidades, principalmente às mulheres.

4. Migração e educação do jovem rural na Colômbia e no Brasil entre 2006 e 2019

Os números e comentários a seguir dão conta da evolução do processo migratório de jovens rurais na Colômbia e no Brasil, entre 2006 e 2019. Na Colômbia, este período compreende os momentos prévios ao processo de paz e o estabelecimento dos diálogos, enquanto no Brasil corresponde a um período de relativa estabilidade política e social, seguido de mudanças e incertezas na passagens dos governos Lula (segundo mandato), Rousseff (um mandato completo e outro interrompido), Temer e o primeiro ano de Jair Bolsonaro.

Segundo dados da *Comisión Económica para América Latina y Caribe* - CEPAL (2020), apresentados no Gráfico 1, percebe-se que no Brasil, entre 2006 e 2019, a população rural se reduziu continuamente, decaindo em quase 3,8 milhões de habitantes, equivalente a 11,8% da população rural (próximo de 0,8% ao ano). Este número corresponde, em boa medida, à migração de pessoas para as cidades. Na Colômbia, em contrapartida, o número de habitantes na zona rural decaiu, ao longo do mesmo período, de 14 anos, próximo de 587 mil pessoas, o equivalente a 5,7% da população rural ou 0,4% ao ano.

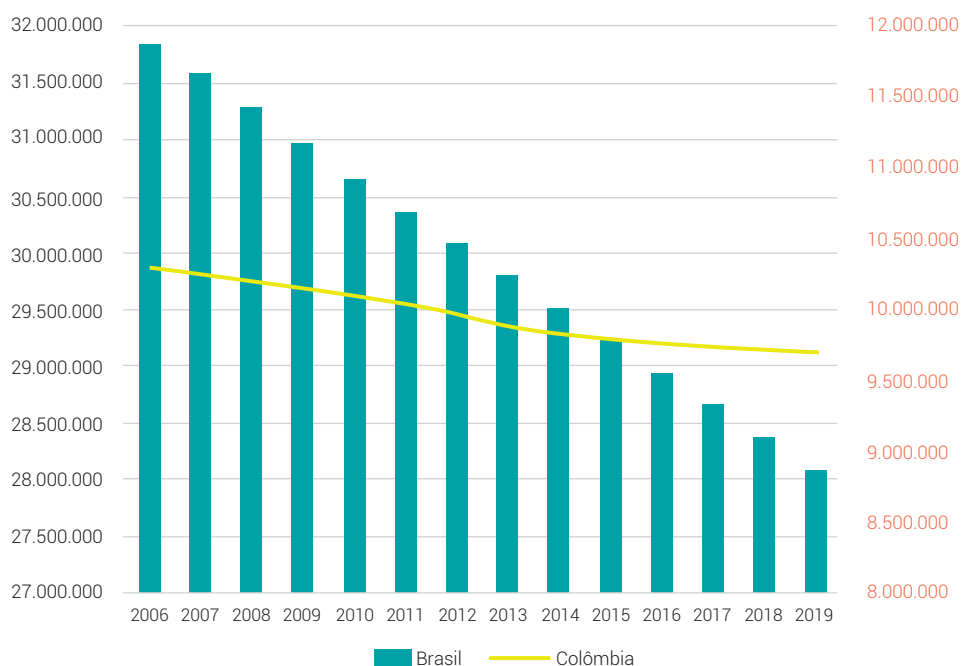


Gráfico 1. População rural no Brasil e na Colômbia entre os anos de 2006 e 2019

Fonte: Elaborado a partir de CEPAL (2020)

A queda observada nos dois grupos de população rural se mostra muito mais acentuada no caso brasileiro, que apresenta menor intensidade a partir do ano de 2015, momento em que se inicia a consolidação do processo de paz na Colômbia.

Há, no entanto, na curva da Colômbia uma migração mais acentuada até o ano de 2014. Essa inclinação corresponde a uma redução de 9,8% ao ano da população rural, devido a uma provável migração de pessoas para as cidades. Após esse período, tal redução corresponde a 5,3% do total de ocupantes das áreas rurais ao ano (CEPAL, 2020).

No Gráfico 2, dando continuidade ao exposto anteriormente, levantou-se a presença de jovens rurais com idade entre 15 e 24 anos entre 2006 e 2019, em cada um dos dois países. No que diz respeito ao Brasil, no ano 2006 havia 6.067.789 de jovens rurais, enquanto no ano de 2019 este número era apenas de 4.638.373. O dado representa uma redução de 1.429.416 jovens (23,6%), que provavelmente foram para as cidades. Na Colômbia, a variação no mesmo período foi bem menor, mostrando uma diminuição de 208.375 jovens rurais (11,7%), equivalente a 0,9% ao ano (CEPAL, 2020).

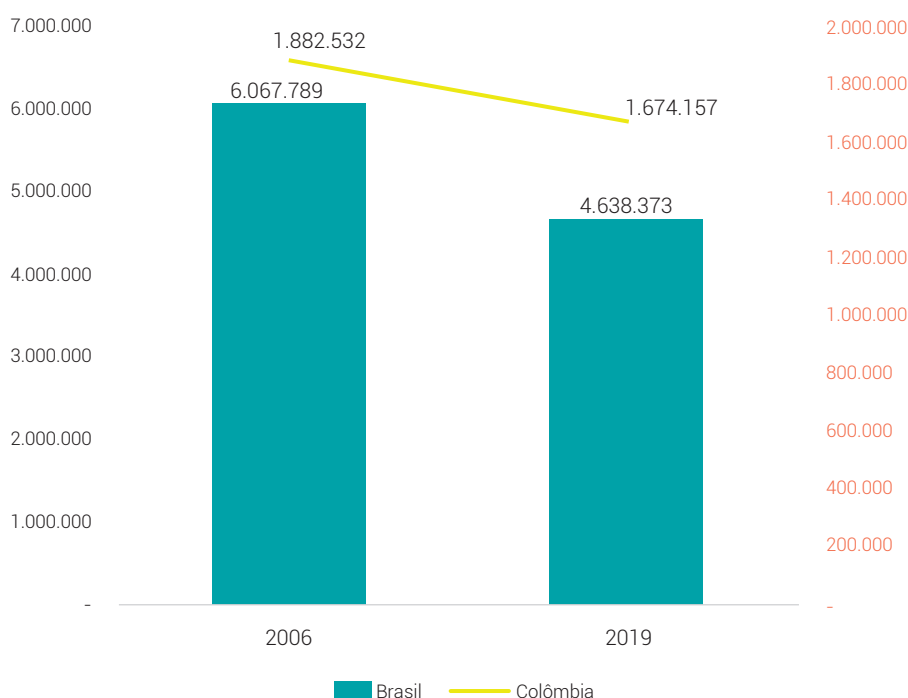


Gráfico 2. Jovens entre 15 e 24 anos, residentes no campo, na Colômbia e no Brasil, nos anos 2006 e 2019

Fonte: Elaborado a partir de CEPAL (2020)

Há de se considerar no Gráfico 2 que a curva de presença de jovens rurais na Colômbia, entre 2006 e 2014, não apresenta uma variação consistente ao longo do período, como visto no Gráfico 1, que mostrava dados do total da população rural. Ao se avaliar a variação anual entre 2006 e 2019, no entanto, há uma diferença significativa ao longo de todo o período, principalmente se se comparar com a evolução da população rural total.

O Gráfico 3 (que traz em anexo os dados correspondentes), mostra a variação das populações rurais total e de jovens entre 15 e 24 anos na Colômbia entre os anos de 2006 e 2019. No gráfico se observa uma intensa redução da população entre 2006 e 2014, porém, nos anos que se seguem há uma tendência de maior fixação dessa população no campo. De igual forma, há uma redução da população jovem no campo até o ano de 2014. Contudo, essa população tende a se fixar nos dois anos seguintes e volta a diminuir, de forma acentuada, a partir de 2016. No último ano da série, evidencia-se a redução de outras categorias sociais do campo (CEPAL, 2020).

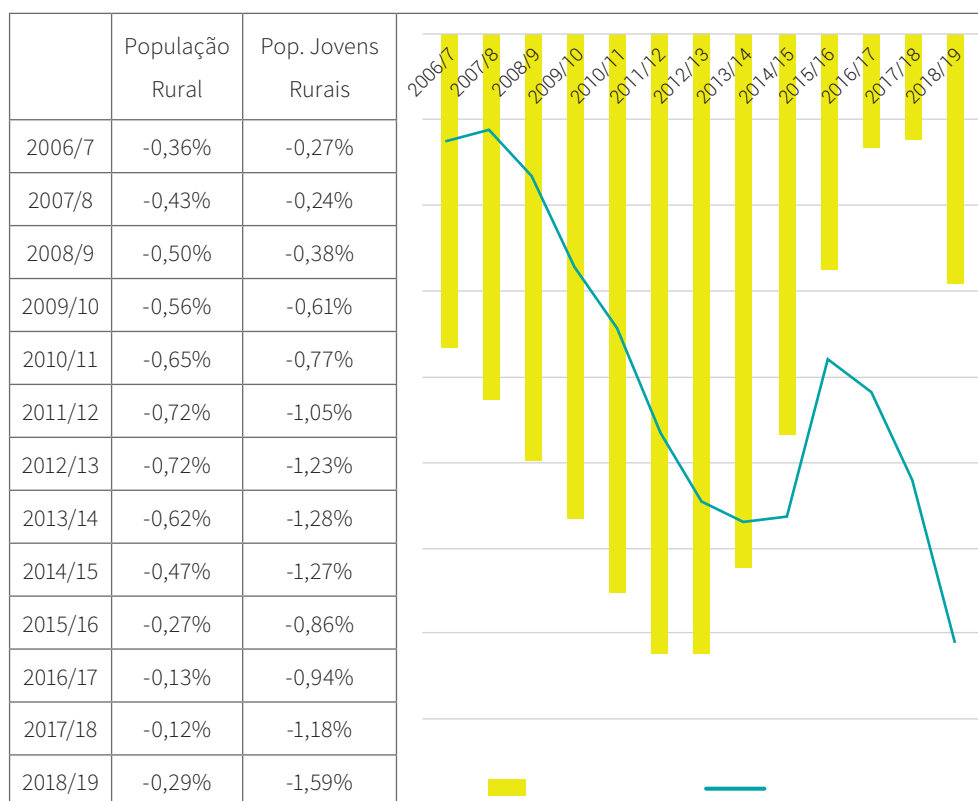


Gráfico 3. Variação das populações rurais total e de jovens entre 15 e 24 anos na Colômbia entre os anos de 2006 e 2019

Fonte: Elaborado a partir de CEPAL (2020)

Os números sugerem que houve uma migração crescente de todos os estratos da população rural enquanto havia maior intensidade da violência rural. Com o avanço do processo de paz, a partir de 2014, tal migração tende a diminuir, sobretudo na população menor de 15 e maior de 24 anos. Desde 2016, os jovens rurais, na faixa etária de 15 a 24 anos, demonstram atração pelas cidades, provavelmente pelas oportunidades de trabalho ou de maior qualificação (CEPAL, 2020).

É importante notar as diferenças dos movimentos, considerando a realidade vivida em cada um dos países. É possível que a pujança social e econômica vivida no Brasil tenha atraído mais pessoas para as cidades e, nesse caso, os jovens seriam os primeiros a buscarem novas condições de vida. Além do mais, a realidade rural do Brasil se apresenta, aparentemente, muito mais favorável à produção tecnológica avançada, comparada com a realidade rural colombiana, que expulsa do campo pessoas com menor capacitação nessa área. De forma (talvez) controversa, a realidade social da Colômbia não oferece meios e condições para a ocupação dos jovens nas cidades, mantendo-os no campo.

Conforme está ilustrado nos Gráficos 1, 2 e 3, a partir da variação na presença de jovens nas zonas rurais, percebe-se um certo envelhecimento no campo, principalmente no Brasil, o que corrobora com as posições de Camarano & Abramovay (1999) que afirmam que o processo de masculinização e envelhecimento na agricultura, talvez, podem refletir no procedimento mais evidente de atraso do campo. Estes autores manifestam um improvável retorno de jovens para trabalhar na agricultura.

A redução da população jovem tem relação com as migrações e com o número de pessoas que se aposentam. O anterior significa, segundo Camarano & Abramovay (1999), que a carência de jovens e a desproporção entre os sexos acabam por comprometer as próprias chances da retomada do campo.

Por outro lado, em relação à educação rural, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE (2017), o sistema educacional brasileiro oferece uma formação completa de 17 anos, entre os ensinos fundamental, médio e superior. Essa formação, contudo, não é alcançada, na média da população brasileira e inclusive é bem mais restrita nas populações rurais.

Na Colômbia, o sistema educacional está fundamentado em pré-escolar, educação básica e superior, determinando uma média semelhante e em torno de 16 anos de escolaridade (OCDE, 2018).

Segundo dados da CEPAL (2020), a escolaridade de pessoas com mais de 15 anos correspondia a 7,4 no Brasil e 7,0 na Colômbia no ano de 2006 e, de 9,3 no Brasil e 8,3, na Colômbia para o ano de 2017. Dessa forma se evidencia que a escolaridade foi bastante menor ao nível máximo proposto nos dois países.

O Gráfico 4 mostra a evolução da educação formal rural nos dois países, entre 2006 e 2017. É possível constatar que a escolaridade no Brasil foi sempre superior à da Colômbia.

A taxa de crescimento médio do tempo de escolaridade no ambiente rural no Brasil foi de 25,7%, enquanto na Colômbia foi de 18,6%, equivalente ao aumento de 1,9 anos e 1,3 anos de escolaridade, respectivamente. Não foi possível, detectar algum efeito direto dos problemas políticos e sociais no Brasil e da violência no campo na Colômbia sobre esse crescimento (OCDE, 2018).

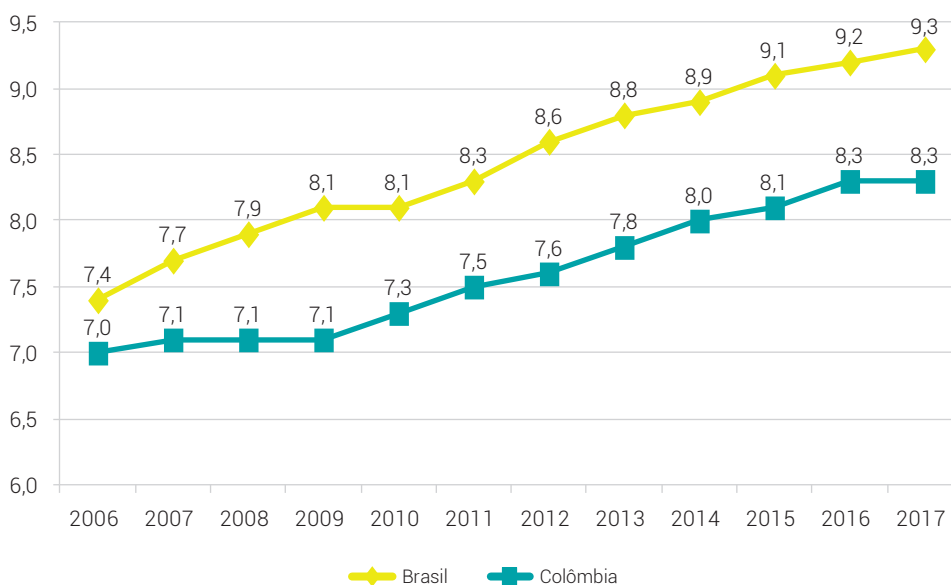


Gráfico 4. Anos de estudos da população de 15 a 24 anos no campo na Colômbia e no Brasil, entre 2006 e 2017

Fonte: Elaborado a partir de IBGE (2017) e OCDE (2018)

Os números revelam que, tanto no Brasil quanto na Colômbia, a educação se mostrou pouco acessível ou de pouco interesse para os jovens do campo. Contudo, a realidade imposta pela violência no campo na Colômbia certamente causou maiores danos e impediu o avanço da implantação do programa Escola Nova. Esse programa, que recebeu suporte incremental a partir do final da primeira década do século, pode ter favorecido o impulso de xxxxxx, tal como se evidencia no Gráfico 4, a partir de 2009.

5. Considerações finais

Brasil e Colômbia são uns dos principais países agrícolas da América Latina, ladeando com Argentina e Chile em volume de produção. Ainda assim, o estudo comparativo permite ver que existem diferenças entre os dois países, especialmente no que tange aos produtos mais representativos, ao nível tecnológico e às características de produção. Neste último aspecto, destacam-se as características socioeconômicas dos trabalhadores e famílias residentes no ambiente rural. Por isso, é necessário desenvolver diferentes métodos de comercialização, como atualmente está se estudando com os *short food supply chain* que, sob a perspectiva da agricultura familiar, que proporcionam aos agricultores uma forma de diferenciação na produção, acrescentando valor aos produtos e garantindo rendas mais estáveis (Aguiar; Del Grossi; Thomé, 2018).

Neste estudo, foram analisadas, em uma perspectiva histórica, a formação e a presença ou migração dos jovens rurais, nos anos de 2006 a 2019. O período passa um importante momento da conjuntura social da Colômbia, com momentos de episódios de violência no campo, seguidos de um lento e arduo processo de pacificação. Por outro lado, tomaram-se em consideração as variações econômicas do Brasil durante esses 14 anos.

Concordando com Viera Filho (2016), é indispensável proceder à investigação em torno dos principais gargalos do setor agrícola. Entre esses, mostram-se relevantes a formação de jovens e a migração rural.

Neste estudo, observa-se claramente o reflexo dessas duas realidades sobre a população jovem rural no Brasil e na Colômbia. Os números mostram que há uma redução do grupo de pessoas entre 15 e 24 anos ao longo de todo o período, nos dois países. No Brasil, tal movimento ocorreu de forma contínua, enquanto na Colômbia a intensidade sofreu variações ao longo do período, arrefecendo durante a realização do acordo de paz (assinado em 2016 entre o Governo Nacional e as FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia), mas retornando fortemente nos últimos anos.

Viu-se que as taxas de escolaridades no campo, apesar de baixas nos dois países, mantiveram-se em ascensão. Contudo, elas se mostram incapazes de reter jovens no campo.

Por tudo isso, fica clara a necessidade de envidar esforços para que políticas públicas venham a garantir a atratividade do jovem a o ambiente rural, reduzindo o envelhecimento das famílias rurais. Isto é asseverado por Riveros e Junior (2019), quando identificam a necessidade de implementação de políticas fortes nas áreas de

educação e saúde, por serem direitos humanos e sociais, contribuindo para panoramas mais equitativos nos países latinoamericanos. .

Existem vários desafios identificados na pesquisa, como o acesso a uma educação de qualidade que melhore as capacidades produtivas e as oportunidades de emprego dos jovens da zona rural. Outra das questões é a necessidade de ampliação das oportunidades e de que recursos financeiros para as famílias rurais, promovendo o desenvolvimento dos empreendimentos produtivos, em consonância com a educação qualificada de seus filhos. Por fim, a análise evidencia a necessidade de criar meios de atração dos jovens ao campo por meio do lazer, cultura e entretenimento, isso tanto no Brasil, como na Colômbia, e certamente em outros países latino-americanos.

Referências

Acevedo, S., & Alberto, C. (2014). *Procesos de migración rural-urbana de los y las jóvenes rurales del Municipio de Calamar (Guaviare)*. (Master's thesis, Facultad de Estudios Ambientales y Rurales). Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá.

Aguiar, L. D. C., Del Grossi, M. E. & Thomé, K. M. (2018). Short food supply chain: characteristics of a family farm. *Ciência Rural*, 48(5), 1-34.

Albergoni, L. & Pelaez, V. (2007). Da Revolução Verde à agrobiotecnologia: ruptura ou continuidade de paradigmas? *Revista de Economia*, 33(1), 1-23.

Blanco Botero, C. A. & Castro Molina, K. P. (2011). Memoria, Didáctica y Resiliencia. Un estudio cualitativo en la población de Nueva Venecia, departamento del Magdalena al norte de Colombia. *Debates latinoamericanos*, v. 3, n. 18.

Brumer, A. & Anjos, G. dos. (2012). Gênero e reprodução social na agricultura familiar. *Revista Nera*, (12), 6-17.

Camarano, A. A. & Abramovay, R. (1999). *Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos*. IPEA. Instituto de Pesquisa Economia Aplicada

Casagrande, D. P., Salvaro, G. I. J. & Estevam, D. D. O. (2012). Projetos profissionais de jovens universitários/as que residem no meio rural: estudo de caso dos/as jovens do município de Meleiro, SC. *Interações (Campo Grande)*, 13(2), 261-271.

Castells, M. (1998). Entender nuestro mundo. *Revista de Occidente*, 113-145.

- CEPAL – Comisión Económica para América Latina y Caribe. (2020). *América Latina y el Caribe: Estimaciones y proyecciones de población*, 1-54. Recuperado em <https://www.cepal.org/es/temas/proyecciones-demograficas/estimaciones-proyecciones-poblacion-total-urbana-rural-economicamente-activa>.
- Colbert, V. (1999). Mejorando el acceso y la calidad de la educación para el sector rural pobre: el caso de la Escuela Nueva en Colombia. *Revista Ibero Americana de Educación*, Madrid, n. 20, p. 107-135. DOI: <https://doi.org/10.35362/rie2001043>
- Colbert, V. (2018). Escuela Nueva Activa: de las escuelas rurales “invisibles” a la educación para el futuro. *Revista Javeriana*, v. 155, n. 853, p. 37-41. Bogotá.
- Cook, M. L. & Chaddad, F. R. (2000). Agroindustrialization of the global agrifood economy: bridging development economics and agribusiness research. *Agricultural economics*, 23(3), 207-218.
- Costa, F. L. M. & Ralisch, R. (2013). A juventude rural do assentamento Florestan Fernandes no município de Florestópolis (PR). *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(3), 415-432.
- Davis, J. H. & Goldberg, R. A. (1957). *Concept of agribusiness*. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, 136.
- Dirven, M. (2002). *Las prácticas de herencia de tierras agrícolas: una razón juventud?* Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), Santiago de Chile.
- Durston, J. (1998). *Juventud y desarrollo rural: marco conceptual y contextual*. Santiago de Chile. Recuperado em http://200.9.3.98/bitstream/handle/11362/6257/S9800085_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y
- Foguesatto, C. R., Artuzo, F. D., Lago, A. & Machado, J. A. D. (2016). Fatores Relevantes para a Tomada de Decisão dos Jovens no Processo de Sucessão Geracional na Agricultura Familiar. *Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, 37(130), 15-28.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2017). *Educação brasileira*. 2017. Recuperado em <https://teen.ibge.gov.br/biblioteca/274-teen/mao-na-roda/1721-educacao-no-brasil>.
- Jurado, C. & Tobasura, I. (2012). Dilema de la juventud en territorios rurales de Colombia: ¿campo o ciudad? *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, niñez y juventud*, 10(1), 63-77.
- Kessler, G. (2005). Estado del arte de la investigación sobre juventud rural en América Latina. *Educación, desarrollo rural y juventud*, UNESCO-IIPE.

- King, RP, Boehlje, M., Cook, ML, & Sonka, ST. (2010). Agribusiness Economics and Administration. *American Journal of Agricultural Economics*, 92 (2), 554-570.
- Lima, S. M., Vieira, L. F., Castro, A. M. G. & Sarmiento, E. P. M. (2013). Juventude rural e as políticas e programas de acesso à terra no Brasil: recomendações para políticas de desenvolvimento para o jovem rural. *Brasília, DF: MDA*.
- Lucas, R. E. (1997). Internal migration in developing countries. *Handbook of population and family economics*, 1, 721-798.
- Mazoyer, M. & Roudart, L. (2010). História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo: Editora UNESP; Brasília: NEAD.
- Medeiros, E. R. de, & Targino, I. (2009). Expectativas de jovens rurais quanto à migração: o caso de Cacimba de Dentro/PB. *OKARA: Geografia em debate*, 3(1), 186-212.
- OCDE - Organización para la Cooperación y el Desarrollo Económicos. (2018). *Revisión de políticas nacionales de educación: La educación en Colombia*. Paris. Recuperado en https://www.mineducacion.gov.co/1759/articles-356787_recurso_1.pdf.
- Panno, F. & Dessimon Machado, J. A. (2014). Influências na Decisão do Jovem Trabalhador Rural Partir ou Ficar no Campo. *Desenvolvimento em Questão*, 12(27).
- Pasqualotto, N., Godoy, W. I. & Verona, L. A. F. (2013). Agricultura familiar e Agroecologia: um olhar sobre o caminhar da juventude rural no sudoeste paranaense. *Revista Brasileira de Agroecologia*, 8(3).
- Ramírez, C., Márquez, M., Salgado de Snyder, N., Pelcastre, B. E., Ruelas, M. G. & Reyes, H. (2014). La desigualdad en salud de grupos vulnerables de México: adultos mayores, indígenas y migrantes. *Revista Panamericana de Salud Pública*, 35, 284-290.
- Riveros, J. L. T. & Junior, N. N. G. (2019). Políticas sociais agrárias no estado colombiano: uma revisão sistemática da literatura. *Humanidades & Inovação*, 6(17), 34-43.
- Rodríguez-Triana, D. R. & Benavides-Piracón, J. A. (2016). Salud y ruralidad en Colombia: análisis desde los determinantes sociales de la salud. *Revista Facultad Nacional de Salud Pública*, 34(3), 359-371.
- Romero Medina, F. A. (2013). Conflicto armado, escuela, derechos humanos y DIH en Colombia. *Análisis político*, 26(77), 57-84.

- Santos, S. M., Del Grossi, M. E. & Brisola, M. V. (2016). A evolução da agricultura brasileira em uma perspectiva ecológica e sustentável: uma revisão bibliográfica. *Anais. Congreso Pre-Alasru (Asociación Latinoamericana de Sociología Rural) UNSE*. Universidad Nacional de Santiago del Estero, Santiago del Estero, Argentina.
- Sastoque, M. J. M. (2016). Factores de expulsión y retención en la decisión migratoria de jóvenes rurales en Manizales, Colombia. *InterSedes*, 17(36). doi: 10.15517/isucr.v17i36.26943
- Silva, K. D. B. & Macedo, J. P. (2017). Psicologia e ruralidades no Brasil: Contribuições para o debate. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(3), 815-830.
- Spanevello, R. M., Drebes, L. M. & Lago, A. (2011a). A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural. *Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. Ipea: Code*.
- Spanevello, R. M., de Azevedo, L. F., Vargas, L. P. & Matte, A. (2011b). A migração juvenil e implicações sucessórias na agricultura familiar. *Revista de Ciências Humanas*, 45(2), 291-304.
- Torres, R. M. (1992). Alternativas dentro de la educación formal: el programa Escuela Nueva de Colombia. *Revista Perspectiva*, v. 22, n. 84. Paris, 549-558 .
- Troian, A., Dalcin, D. & de Oliveira, S. V. (2014). Jovens e a tomada de decisão entre permanecer ou sair do meio rural: Um estudo de caso. *Revista de Extensão e Estudos Rurais*, 1(2).
- Valentinov, V. (2007). Why are cooperatives important in agriculture? An organizational economics perspective. *Journal of institutional Economics*, 3(1), 55-69.
- Viera Filho, J.E.R (2016). A fronteira agropecuária brasileira: redistribuição produtiva, efeito poupa-terra e desafios estruturais logísticos. In Vieira Filho, J. E. R. O., Gasques, J. G. O., Carvalho, A. X. Y. D., Soterroni, A. C., Mosnier, A., Gurgel, A. C., ... & Alves, E. R. D. A. (2016). *Agricultura, transformação produtiva e sustentabilidade* (89- 107). Brasília: IPEA.
- Vieira Filho, J. E. R., & Fornazier, A. (2016). Productividad agropecuaria: reducción de la brecha productiva entre el Brasil y los Estados Unidos de América. *Revista Cepal*, 215-233.
- Vieira Filho, J. E. R., & Silveira, J. M. F. J. D. (2012). Mudança tecnológica na agricultura: uma revisão crítica da literatura e o papel das economias de aprendizado. *Revista de economia e Sociologia Rural*, 50(4), 721-742.

Wanderley, M. (2001) A ruralidade no Brasil moderno. Por um pacto social pelo desenvolvimento. In Giarraca, N. *¿Una nueva ruralidad en América Latina ?* 1-367 CLACSO-ASDI. Argentina, Buenos Aires. Recuperado em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20100929125458/giarraca.pdf>.

Wejnert, B. (2002). Integrating models of diffusion of innovations: A conceptual framework. *Annual review of sociology*, 28(1), 297-326.